



GEPARK ARARIPE E DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS NA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL NO SUL DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco do O de Lima Junior

Denis Fernandes Alves

Douglas Rodrigues Feitosa

Resumo

Geoparks são espaços chancelados pela UNESCO com caracterizações bem definidas e limites espaciais dados por aspectos físicos com diferenciação que se desdobra em particularidades de formação mais ampla da identidade do território através de elementos econômicos, sociais, culturais, antropológicos que manifestam de forma tácita no cotidiano do espaço urbano-regional. O Geopark Araripe, localizado no sul do estado do Ceará, na Região metropolitana do Cariri é o único do Brasil a ter esta identificação desde 2006. O presente trabalho investiga as formas de produção e gestão do espaço urbano-regional nesta região, tendo como direcionamento as constituições fornecidas pelo Geopark Araripe. Observou-se, dentre outros aspectos, um processo de desenvolvimento mais racionalizado a partir de tais constituições contidas nos requisitos de gestão permitidos pelo Geopark vis a vis à dinâmica de crescimento do conjunto de centros intermediários que compõem o arranjo regional-urbano em estudo.

Palavras Chave: Geopark Araripe. Gestão e Produção do Espaço Urbano-Regional. Desenvolvimento Territorial.

Abstract

Geoparks are defined spaces through the UNESCO with well-defined characterizations and spatial boundaries given by physical aspects with differentiation that unfolds in particularities of the broader formation of the territory's identity through economic, social, cultural, anthropological elements that manifest tacitly in the daily life of the Urban-regional space. The Araripe Geopark, located in the South of the state of Ceará, in the Metropolitan Region of Cariri is the only one in Brazil to have this identification since 2006. The present work investigates the forms of production and management of the urban-regional considering as directing the constitutions provided by the Araripe Geopark. It was observed, among other

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



aspects, a more streamlined development process from such constitutions contained in the management requirements allowed by the Geopark vis a vis the growth dynamics of the set of intermediate centers that make up the regional-urban arrangement under study.

Keywords: Geopark Araripe; Management and production of the Urban-Regional space; Territorial Development.



Introdução

A discussão acerca do desenvolvimento urbano regional nas últimas três décadas, de forma mais geral, passaram a ter como fundamento três grandes conjuntos de determinações. O primeiro deles, de caráter estrutural, reflete a reversão no paradigma de regulação, com a emergência do padrão neoliberal, em que os instrumentos de ação mobilizados são mais focalizados. A capacidade de intervenção governamental articulada através das políticas de promoção do desenvolvimento são gradativamente desfeitas sob a justificativa de que os determinantes do mercado devem nortear os processos de desenvolvimento. Caberia à intervenção governamental a regulação mínima, nas arenas estritamente necessárias como educação, saúde e segurança pública bem como na garantia do livre funcionamento do mercado.

Em termos conjunturais, tal processo permitiu a emergência de ações ancoradas categoricamente no que a literatura convencionou a denominar de “localismos”, isto é, a promoção das localidades através de ações pensadas sem conexões escalares intermediárias. O discurso para alcance da inserção global através da organização competitiva local ditou a regra das ações objetivando a redução das disparidades regionais e tornando os centros urbanos atrativos à ação de novos arranjos do capital. No bojo deste processo é evidente a promoção da focalização, com a busca de redução de gastos pela concentração em espaços ditos privilegiados para tal inserção.

O segundo conjunto de determinações, tido como uma decorrência deste primeiro, está no movimento ocasionado pela reestruturação econômica em curso já nas suas etapas mais avançadas, que tem como lógica importante a busca de driblar as elevadas economias de aglomeração. Os adensamentos urbanos de grandes proporções, concretizando os processos de metropolizações de forma plena, provocam estrangulamentos econômicos como o encarecimento dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, demais insumos). Convergindo para esta constatação, o fato das populações e processos econômicos e sociais se darem cada vez mais sob o acicate do fator urbano provoca a busca de outros caminhos de reprodução. Não obstante, isto não significa perda de importância relativa do rural na reprodução social, mas uma reorientação dos movimentos aglomerativos em que a produção do excedente econômico ocorre em um lócus – que pode ser urbano ou rural – mas a apropriação, concentração e consumo se dão de forma mais efetiva no urbano. As implicações são notáveis na constituição e transformação territoriais.



Como resultado, o crescimento recente das cidades consideradas como intermediárias assumem relevância nas conexões que condicionam o desenvolvimento espacial, se constituindo em ferramentas que articulam as hierarquias mais elevadas dos circuitos globais, os grandes núcleos urbanos metropolitanos, face às localidades mais elementares, como as áreas rurais e as pequenas aglomerações. Outro conjunto de desdobramentos daí decorrente é a emergência de arranjos de produção e gestão do espaço urbano regional ou mesmo reordenamento de antigo, que reproduzem tais transformações conjunturais.

Daí decorre o terceiro agrupamento de determinações que tem fundado as discussões, estudos e ações voltados para as investigações acerca do desenvolvimento urbano e regional fundado na produção e gestão do espaço aqui evidenciado, que é o resgate mais ativo dos recortes intermediários de ação culminando com a nomenclatura territorial. Em contraponto ao que preconiza as correntes localistas, de forma mais alternativa o foco deixa de ser as demarcações dadas por critérios exclusivamente físicos e geopolíticos e passam a privilegiar múltiplos elementos dentre eles os processos de formação das estruturas histórica, econômica, cultural, antropológicas, dialogando com outras categorias como as determinações físicas e naturais e culminando em arranjos de gestão territorial que busca a promoção do desenvolvimento urbano-regional.

É neste contexto que se insere a proposta de formação dos denominados projetos de Geopark, chancelados pelo programa de Ciências da Terra da UNESCO e objeto de estudo do presente trabalho. Por Geopark entende-se um padrão de constituição e desenvolvimento territorial inicialmente de caráter físico, qualificado pela identificação particular de um inventário geológico de relevância e raro (SALLES et al, 2008, p. 65). No entanto, a diferenciação vai além e desdobra-se em atribuições além do físico, se concretizando no fato de que tal constituição territorial advinda das particularidades da formação geológica possui, a partir daí, incrementos na formação mais ampla da identidade do território através de elementos econômicos, sociais, culturais, antropológicos que manifestam de forma tácita no cotidiano deste espaço. Não se trata de parques mas de uma composição que instrumentaliza a gestão espacial na promoção do seu desenvolvimento¹.

¹ No sentido de parques ecológicos ou de preservação, culturais, temáticos, dentre outros. Mesmo consideração



Estes elementos dão concretude a um constructo de limitações físicas nítidas e com uma base de fomento ao desenvolvimento econômico territorial, gestão do espaço urbano e regional, contemplando uma série de requisitos explorados ao longo das seções do trabalho cujo objeto de investigação são as constituições dadas pelo Geopark Araripe, localizado no Nordeste brasileiro, na Mesorregião Sul do estado do Ceará. Este Geopark é o primeiro das Américas e também do Hemisfério Sul a ter a chancela que reconhece o atendimento aos requisitos da UNESCO para ser considerado como tal.

O Geopark Araripe foi instituído por candidatura do território à UNESCO em 2005 e oficializada em setembro de 2006. É constituído por seis municípios localizados na Mesorregião Sul Cearense, no recorte espacial denominado de Região do Cariri. São eles Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e abrangem uma área 3.441km² compreendendo uma população de 492.390 habitantes (GEOPARK ARARIPE, 2015; IBGE, 2010)². Estes municípios possuem nove geossítios identificados e reconhecidos pela UNESCO.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo explorar as formas de produção e gestão do espaço urbano-regional na Mesorregião Sul Cearense tendo como direcionamento as constituições fornecidas pelo Geopark Araripe.

A Região do Cariri, em que está inserido o Geopark Araripe, apresenta distinções importantes na evolução da produção e gestão espacial cearense se apresentando como um arranjo urbano-regional de relevância na rede urbana do Nordeste. A conurbação composta pelos municípios de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha capitaneiam uma dinâmica econômica relevante e se consolida como um polo importante. Sua localização centro-nordestina, os elementos de sua formação histórica, a existência de um conjunto de equipamentos e seus avanços verificados nas duas últimas décadas os colocam como centro de maior hierarquia no estado, após a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em 2009, foi instituída a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) definindo mais ainda processos os fenômenos de produção espacial, gestão regional e urbana que marcam este território cearense.

² A gerência do Geopark Araripe está sob responsabilidade da Universidade Regional do Cariri (URCA). Sua criação resultou também do apoio institucional das seguintes entidades: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência e Tecnologia (CETEM) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais não Renováveis (IBAMA), além de outras ONGs regionais e as municipalidades.



Nos seus determinantes mais gerais estão todos os movimentos que reproduzem os aspectos acima apontados, demarcadores de estudos e discussões sobre o desenvolvimento capitalista e os respectivos desdobramentos regionais e urbanos, qual sejam: i) as transformações provenientes da reversão no paradigma de regulação com a hegemonia do padrão neoliberal e os deslocamentos da reestruturação produtiva decorrentes; ii) o movimento ocasionado pela reestruturação econômica predominantes que acaba promovendo os localismos como alternativa para superação das crises e limites da acumulação capitalista em seus aspectos espaciais, e; iii) o contraponto dado pelo surgimento de novos recortes ou resgate de antigos, de aspectos escalares mais intermediários. Dentre estes, a ideia de desenvolvimento territorial.

Portanto, o questionamento que problematiza o presente trabalho indaga sobre quais os elementos de produção e gestão do espaço urbano-regional, manifestados pelas constituições do Geopark Araripe. Em outros termos, deseja-se saber de que forma os aspectos dados pela identidade de território consubstanciada no Geopark Araripe em seus diversos aspectos, convergem para fomentar o desenvolvimento urbano-regional articulando novos arranjos espaciais intermediários?

Como hipótese norteadora se propondo a responder tais questionamentos, admite-se a assertiva de que as propriedades de identidade territorial do Geopark Araripe, fundados inicialmente na sua particularidade dos atributos de sua formação/constituição se desdobrando para os demais aspectos que dão a definição de um território diferenciado (história, cultura, economia, antropologia), são instrumento de produção e gestão urbano-regional.

Para tanto, o trabalho está dividido em duas seções além desta Introdução e das Considerações Finais. Inicialmente serão descritos os processos macro conjunturais recentes e suas decorrências sobre os aspectos urbano-regionais mais gerais para em seguida serem tratadas as formas como estes processos se reproduziram sobre o estado do Ceará. Na última seção, o constructo de Geopark Araripe é apresentado e são exploradas as suas principais constituições.

O processo de reestruturação macro conjuntural e os determinantes regionais e urbanos.



As transformações macro conjunturais ocorridas nas duas últimas décadas, como parte do conjunto de reordenamento mais geral do desenvolvimento capitalista, promoveu ajustes espaciais como derivação das mudanças nos recortes a serem considerados para o trato da promoção do desenvolvimento. Emergiram outros arquétipos de apreender o espaço e de estabelecer formas de gestão urbano-regional como o conceito de territorialidades e seus processos decorrentes (SAQUET, 2007).

Dadas as suas respectivas particularidades adicionadas às proporções e cortes de análise, cada contexto urbano-regional refletiu de forma diferenciada a este processo dentro dos imperativos postos pela realidade conjuntural maior. No bojo maior desta reversão, foi marcante o gradativo desmonte da institucionalidade que predominou do imediato pós II Guerra até os anos 1970, que dava garantias ao crescimento econômico pautado na estabilidade de diversificação do padrão tecnológico durante este período, com equilíbrio também no que se convencionou denominar de marcos espaciais de intervenção.

Tanto em níveis macro como micro conjunturais, a noção de que a velocidade de informação e de fluxos acicatadas pelo rápido avanço tecnológico, impuseram necessariamente adaptações objetivando inserção em redes mundiais cujo fundamento volta-se também para a concepção de polos competitivos articulando territórios também promissores e com diferenciais (CASTELLS E BORJA, 1996, p. 153). Usando exemplos como alguns casos asiáticos e algumas experiências de sucesso, são sempre apontados a definição de êxitos ou fracassos nesta inserção, como resultado da estratégia particular adotada. Nestas, os sujeitos principais passam a ser os setores e agentes inovadores, articulados aos atributos territoriais de gestão em parceria com iniciativas privadas.

Sendo portanto movimentos inerentes à própria história do desenvolvimento capitalista, os desdobramentos daí decorrentes adquirem rapidez intensa na contemporaneidade, acompanhando a macroeconomia da geopolítica do capitalismo e os requerimentos da reestruturação produtiva pós-fordista ^{3,4}.

³ Pós-fordista na perspectiva levantada Leborgne e Lipietz (1990), com os ajustes de flexibilidade defensiva e ofensiva promovendo impactos espaciais mobilizados pelos sistemas urbanos, forçando o atendimento dos critérios de competição global e introdução de novas tecnologias em todos os setores.

⁴ Aproximando-se do debate sobre o caráter de cidade global dado a São Paulo, fundando-se numa análise sobre as conexões da apropriação espacial urbana e os fundamentos financeiros dos empreendimentos subvencionados com recursos públicos, Fix (2007, p. 13) considera este um processo de produção de uma face globalizada desta metrópole latino-americana. Tal face não representa os caracteres da totalidade de uma cidade propriamente global.



Numa investigação acerca do padrão assumido pela divisão do trabalho e seus implantes sobre as diversas regiões através das composições espaciais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a investigação de Scholz (2002; 2000) revela um modelo de fragmentação de lugares mundiais com três grandes agrupamentos: os lugares globais, os lugares globalizados e o “resto” excluído. De acordo como o autor, os diversos espaços regionais e urbanos mundiais mobilizando excedentes de todas as regiões se enquadram portanto, nestes padrões.

Nesta perspectiva, os lugares globais são onde se localizam as centrais de comando do capitalismo nos diversos circuitos (produtivos e financeiros) e os instrumentos que lhes dão suporte concreto como os centros de produção de tecnologia, inovação e pesquisa em todos os ramos. Os lugares globalizados por sua vez são onde se efetuam os serviços e se aplicam em primeira instância àquelas tecnologias, onde se situam as indústrias deslocalizadas, onde ocorre a produção a baixos custos pela disponibilidade de fatores como trabalho e recursos naturais. Muitas vezes são utilizados neste contexto a informalidade e outros instrumentos de precarização. Já os lugares tidos como o “resto” no sentido de exclusão são aqueles localizados predominantemente no hemisfério Sul, possuindo maior fragmentação/segregação tendo em vista a inserção fortuita de determinados espaços nos mecanismos globais dando-lhes caráter também globalizados. (SHOLZ, 2000, p. 10).

Um dos méritos desta análise é a evidente funcionalidade dos nexos entre a conjuntura imposta pelas transformações capitalistas centralizando as determinações da divisão internacional do trabalho. Revela uma complexa territorialidade da acumulação capitalista que é fragmentada nas articulações inter escalares e também nas consignações localizadas no urbano-regional (COY e TOPFER, 2014, p. 104). Relevante ressaltar que por fragmentação/segregação não se defende o conceito de rompimentos que obliteram a integração e sim a concepção de heterogeneidades estruturais alarmantes com descontinuidades socioespaciais propondo novos arranjos urbano-regionais.

Em tal sentido, na análise dos processos econômicos globais que constituem os complexos regionais, os incrementos mais importantes são fornecidos pelas suas respectivas funções e o que oferecem enquanto atrativos e potencialidades. O papel desempenhado respectivamente por tais complexos determinam as regras da organização dos espaços a elas conectados e também àqueles aos quais elas se conectam.



Aquiescendo a esta órbita, Brenner (2010, p. 539) afirma que nestes complexos, os polos diferenciais e o seus arranjos urbanos são reconhecidamente os agentes que territorializam o capital a partir das atividades econômicas sejam elas localizadas no urbano ou não.

Portanto, Brenner (2010) não adota separações entre o urbano e o regional para constituição do território, e considera que, por intermédio deste sistema são fundadas pelo poder governamental as estruturas estáveis para movimentos de promoção do desenvolvimento econômico em diversas escalas. É neste contexto que emerge o arranjo dado pela constituição dos Geoparks, conforme será apresentado mais adiante.

Reiteradas vezes está sendo feito referência à necessidade de exploração dos problemas regionais e urbanos numa perspectiva multi escalar ou trans escalar. Brandão (2007) é um dos grandes expoentes proponente a esta forma de análise tendo em vista as possibilidades de captar aspectos espaciais relevantes mas de forma hierarquizada. Além de se fundar num método capaz de apreender aquilo preconizado na totalidade do materialismo histórico dialético, a abordagem em diversas escalas permite o diálogo entre os diferentes níveis espaciais, do local ao global, pensando as formas de conexão do desenvolvimento na atualidade.

A formalização de limites espaciais e fronteiras estabelece territoriedades e dá estabilidade a tais estruturas também em níveis menores, inclusive contra argumentos para as abordagens que defendem os localismos como forma de ordenamento urbano-regional e inserção global. A garantia da estabilidade nas estruturas territoriais dadas por um aparato normatizador não está somente na institucionalização de limites, regionalizações e determinações de níveis sub nacionais. Esta importante função é exercida por ser dotado de capacidade de disponibilizar e regulamentar infraestrutura produtora de espaço, que se fixa, transforma através de suas redes, circuitos e instalações como transporte (rodovias, canais, ferrovias, rotas aéreas), e os circuitos comerciais, produtivos e bancários. (LEFEBVRE, 1978, p. 259).

Os processos de desterritorialização/reterritorialização das atividades de produção, cultura, pertencimento decorrentes da reestruturação em vigor das últimas décadas são o outro lado da moeda das performances urbano-regionais recentes, numa situação marcada pelo predomínio da dualidade dos globalismos/localismos, da flexibilização e desregulamentação e do encurtamento das distâncias e tempos promovidos pelos avanços



tecnológicos e de telecomunicação (BRENNER, 1999, p. 42). Entender o território a partir de atributos não exclusivamente econômicos se apresenta como um desafio nesta conjuntura.

As transformações econômicas recentes e sua extensão ao estado do Ceará.

A aplicação destas abordagens e explorações fornecem embasamento de instrumental analítico aplicável ao que se pretende com o presente projeto. O Estado do Ceará não passou inerte no decurso destes reordenamentos territoriais em decorrência das transformações econômicas.

Os sentidos da reestruturação produtiva neste espaço e seus efeitos de ajustes estão dentro das sistematizações realizadas por Harvey (2005) ao apontar que os processos de reprodução, distribuição e circulação dos fatores econômicos se apresentam consumindo novos lugares e impondo os ditames da competitividade na produção capitalista do espaço de forma racionalizada. Embora seja mais evidente em áreas de fronteira de ocupação, este fenômeno se verifica também em áreas de ocupação mais pretérita e o consumo de novos lugares se manifesta aqui como um movimento refletindo a incorporação de verdadeiros “lugares de reserva” às novas lógicas do capitalismo.

Sua manifestação mais direta é evidenciada nos desdobramentos da divisão espacial do trabalho e respectiva determinação de diversificadas formas de padrões e desenvolvimentos territoriais com seus respectivos arranjos urbano-regionais. Após meados dos anos 1980, a extensão das transformações acima aludidas ao território cearense, tem como ponto de partida os marcos que articulam as mudanças políticas no estado e suas implicações espaciais, relacionando-os ao macro contexto implicado pelas alterações econômicas globais.

A “ruptura” política observada em 1986 e consolidada posteriormente, plasmou a busca de introdução do Ceará nas correntes da economia internacional, reproduzindo o discurso hegemônico de inserção competitiva global. Os pressupostos de modernização em todos os níveis forjaram os movimentos marcados pela impressão de um “novo” modelo de governar implantado desde então, cujos efeitos sobre o espaço e a economia são uma das instâncias maiores das medidas e intervenções públicas⁵.

⁵ As adjetivações destacadas em aspas são realces a termos que sinalizam para a renovação nos instrumentos de promoção do desenvolvimento e, não obstante o caráter inovador, deseja-se com o realce dado, chamar a atenção para o aspecto conservador destas transformações visto se filiarem a práticas neoliberais.



Gradativamente se definiu a construção de novas modalidades de acumulação e respectivas apropriações territoriais pautadas pelo tripé de ação agronegócio-indústria-turismo, adaptando as condições socioeconômicas e do território cearense às macro mudanças – econômicas e institucionais - que se verificam no capitalismo desde a década de 1970.

A reorientação apontando para a modernização de todo o complexo econômico nordestino e não somente do caso cearense é nítida. Até então, predominara neste espaço a reprodução de estruturas sociais, econômicas e culturais pautadas no outro tripé de elementos mais arcaicos e resultado do seu processo de formação que era a pecuária-cotonicultura-agricultura de subsistência. O contexto de transformação desta realidade privilegiando a nova pauta foi sistematizado no Ceará em quatro vetores gerais de políticas públicas:

A política de gestão dos recursos hídricos, que além de se preocupar com a estocagem de um maior volume de água, traz em seu cardápio a preocupação da distribuição e da gestão dos recursos hídricos;

A política da agricultura irrigada, baseada na divisão do Estado em polos agrícolas irrigados, cuja produção privilegia produtos com maior valor agregado e alto valor comercial;

A nova política industrial, que introduz uma racionalidade industrial e espacial à concessão de incentivos financeiros, além de incluir um vetor dedicado ao apoio e à indução ao desenvolvimento industrial. Este vetor engloba quatro segmentos: sistema estadual de inovação; empresas de base tecnológica; micro e pequenas empresas e cadeias produtivas construídas;

A Política e reorganização espacial, cuja preocupação central é a criação de uma rede de cidades médias no interior do Estado (AMARAL FILHO, 2003, p. 377).

Como espaço privilegiado decorrente também dos condicionantes de sua formação econômica e localização geográfica com atributos físicos diferenciados, a Mesorregião Sul Cearense foi um dos espaços eleitos na quarta linha de ação política acima descrita. Juntamente com este processo, outros elementos de gestão regional foram sendo estabelecidos mobilizando a diversidade de características da formação histórica, econômica, cultural, antropológica, além de aspectos físicos e geomorfológicos.

As margens de exploração de outros potenciais econômicos para a promoção do desenvolvimento fundamentam estes elementos e passam a fazer parte destas estratégias o fomento do atividades como o geoturismo, a geoconservação e a geoeducação provendo de processos habilitando ao desenvolvimento e considerando as particularidades do arranjo urbano que se consolida nesta região. Tal desenvolvimento tem adjetivação mais ampla,



que considera além dos aspectos econômicos, a sustentabilidade dos atributos que definem o território.

Produção e gestão do espaço urbano regional: as constituições dadas pelo Geopark Araripe.

Assim surge neste arranjo urbano-regional a constituição dos denominados projetos de Geopark, chancelados pelo programa de Ciências da Terra da UNESCO. Por Geopark entende-se um padrão de constituição territorial caracterizado pela identificação particular de um inventário geológico de relevância e raro (SALLES et al, 2008, p. 65). No entanto, a diferenciação vai além, se concretizando no fato de que tal constituição territorial advinda das particularidades da formação geológica possui desdobramentos na formação mais ampla da identidade do território através de elementos econômicos, sociais, culturais, antropológicos que manifestam de forma tácita no cotidiano desta área. Os Geoparks fazem parte da Rede Global de Geoparks (Global Geoparks Network - GGN/UNESCO) e sua chancela se dá através do selo geoparque. Em 2015 a GGN adquiriu caráter de programa especial da própria UNESCO⁶.

Estes elementos concretizam um constructo de limitações físicas nítidas e com uma base de fomento ao desenvolvimento econômico e contempla uma série de requisitos nas normatizações a serem atendidas, dentre os quais:

- i) Apresentar um número de sítios geológicos, denominados de geossítios, de destaque ou mesmo um mosaico de elementos geológicos de relevância científica, raridade e beleza e que dê a representação da história geológica daquela região;
- ii) Ter relação destes elementos geológicos com os processos ecológicos, arqueológicos, culturais, históricos e econômicos;
- iii) Apresentar potencial para o desenvolvimento de atividades do geoturismo.

Conforme já apontado, o Geopark Araripe foi o primeiro Geopark das Américas e também do Hemisfério Sul a ter a chancela que reconhece o atendimento aos requisitos da UNESCO para ser considerado como tal. É formado por seis municípios localizados na

⁶ Pelo regulamento da GGN/UNESCO, a cada quatro anos os geoparques da rede são submetidos a avaliação para revalidação do selo, sendo dada a hierarquia de três níveis para o resultado desta avaliação: verde (boa avaliação), amarelo (regular, com recomendações a serem adotadas) e vermelho (intervenção de um ano para reestruturação). O Geopark Araripe, pela segunda vez consecutiva obtém selo verde. (GEOPARK ARARIPE, 2015)



Mesorregião Sul Cearense, no recorte espacial denominado de Região do Cariri. São eles Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e abrangem uma área 3.441km² compreendendo uma população de 492.390 habitantes.

Em suas áreas existem nove geossítios identificados e reconhecidos pela UNESCO: Batateiras (Crato), Pedra Cariri e Ponte de Pedra (Nova Olinda), Parque dos Pterossauros e Pontal de Santa Cruz (Santana do Cariri), Cachoeira de Missão Velha e Floresta Petrificada (Missão Velha), Riacho do Meio (Barbalha), Colina do Horto (Juazeiro do Norte). A Figura 1 apresenta as suas respectivas localizações nos municípios da região.

Figura 1 – Localização dos Geossítios do Geopark Araripe



1. Pontal de Santa Cruz (Santana do Cariri); 2. Riacho do Meio (Barbalha); 3. Parque dos Pterossauros (Santana do Cariri); 4. Pedra Cariri (Nova Olinda); 5. Ponte de Pedra (Nova Olinda); 6. Batateiras (Crato); 7. Floresta Petrificada (Missão Velha); 8. Cachoeira de Missão Velha (Missão Velha) e 9. Colina do horto do Padre Cícero (Juazeiro do Norte). Fonte: Geopark Araripe (2015).

Os geossítios e suas adjacências possuem aspectos que refletem a diversidade regional potencializando as atividades econômicas e a gestão espacial. Possuem, portanto, afloramentos graníticos em meio a manifestações culturais e religiosas como as romarias do



Padre Cícero mobilizando cerca de 2 milhões de pessoas anualmente, recursos hídricos com mananciais que dão origem a fluxos abastecedores das principais bacias hídricas do Ceará, agricultura fértil, atributos topográficos paisagísticos, atrativos geoturísticos resultado de processos erosivos, explorações minerais das lavras de calcário laminado e, o destaque científico da presença da grande reserva fossilífera do período Cretáceo (SOARES, FREITAS e SEEMANN, 2015).

O fato destes municípios também fazerem parte da Região Metropolitana do Cariri – RM Cariri estabelecendo ações de gestão territorial em sintonia com esta constituição apontam para a reafirmação deste arranjo urbano-regional enquanto elemento de gestão espacial.

Silveira (2012) aponta como uma das motivações para a criação do Geopark Araripe, além das riquezas naturais da região, o patrimônio cultural imaterial como as manifestações religiosas em relação as romarias pelo Padre Cícero e a biodiversidade encontrada na Floresta Nacional do Araripe⁷.

Estes atributos se desdobram nas dinâmicas econômicas regionais, observando-se uma capacidade espacial para o desenvolvimento uma variedade de atividades dos diversos setores, tanto do ponto de vista regional de valorização de aspectos endógenos, como da interação em rede com elementos exógenos e de integração do meio urbano e rural (FEITOSA, *et al*, 2016).

O Geopark Araripe se apresenta como um constituinte unificado de desenvolvimento urbano-regional, como meio de um processo multiescalar e não segregador. A compreensão do termo desenvolvimento territorial dada pela sua conotação articula o rural e o urbano e suas atividades econômicas através das ações que o preconiza, catalisando os fenômenos urbano-regionais. Pelos preceitos dados pelos arranjos de gestão observados, há uma combinação entre a promoção do desenvolvimento às atividades econômicas espaciais e ordenando o crescimento e a ocupação urbana aos pressupostos da preservação/promoção dos atributos que dão a característica de geoparque ao território.

O arranjo urbano-regional formado pelo Geopark Araripe se constitui no segundo maior aglomerado urbano do estado sendo menor apenas que a RMF. Na a Tabela 1, observa-se a sua distribuição populacional que apresenta algumas características

⁷ Esta Floresta Nacional (FLONA do Araripe) é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que tem sua criação datada de 1946, sendo a primeira do Brasil.



importantes. A primeira delas é o predomínio da população urbana na quase totalidade, sendo que apenas o município de Missão Velha apresenta população rural maior que a urbana. Este atributo coloca o importante imperativo do desafio da gestão espacial considerando a necessidade da preservação ambiental, conforme preconiza os critérios exigidos pelo Geopark.

Tabela 1: Municípios do Geopark Araripe: Área, População e Densidade Demográfica (2010).

	Área (km ²)	População			Densid. Demog. (hab./km ²)
		Urbana	Rural	Total	
Barbalha	569,508	38.022	17.301	55.323	97,14
Crato	1.176,467	100.916	20.512	121.428	103,21
Missão Velha	645,703	15.419	18.855	34.274	53,08
Nova Olinda	284,401	9.696	4.560	14.256	50,13
Juazeiro do Norte	248,832	240.128	9.811	249.939	1.004,45
Santana do Cariri	855,563	8.822	8.348	17.170	20,07
TOTAL		413.003	79.387	492.390	

Fonte: Censo IBGE (2010).

Outra característica evidente e muito marcante nos estudos sobre as territorialidades econômicas da Mesorregião Sul Cearense é a concentração da população na conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Este conjunto é popularmente designado de Aglomerado CRAJUBAR e exerce polarização sobre boa parte do estado do Ceará bem como dos estados limítrofes de Pernambuco, Paraíba e Piauí, decorrente da sua localização geográfica encravada no meio destes estados.

Tais aspectos já apontam para algumas respostas acerca dos elementos de produção e gestão do espaço urbano-regional colocados pelo Geopark Araripe, face ao desafio de justapor condicionantes em grande parte conflitantes como o crescimento urbano face o manejo e a preservação ambiental de um lado e, o estímulo ao geoturismo e o monitoramento/controlado da especulação imobiliária nas áreas úmidas de encostas da Chapada.

A conurbação CRAJUBAR, onde se localizam três do nove geossítios, faz parte do contexto de núcleos urbanos intermediários que teve sua dinâmica econômica e populacional com boa evolução nas duas últimas décadas. De acordo com dados do IBGE



(2015), este aglomerado apresentou um crescimento de 17% do PIB no último período (2010-2015). Esta conurbação além de ser um dos alvos principais da política de interiorização econômica praticada pelo governo estadual teve grandes transformações associadas à sua diversificação produtiva (LIMA JÚNIOR et al, 2016).

Dentre elas observou-se a ampliação dos serviços de ensino superior e tecnológico, a implantação de novos ramos industriais e a diversificação do comércio com uma pesada instalação de empresas comerciais distribuidoras num contexto derivado do quadro de condução das ações governamentais instauradas com o ciclo governamental vivenciado no período que se inicia em 2003 e se encerra recente. Para Lima Júnior (2014, p. 158-160), suas características mais gerais foram: o ressurgimento do crédito ao consumo popular como instrumento de política setorial; mesmo que dentro de certos limites, a retomada do papel governamental em algumas arenas como o resgate tímido de investimentos públicos; a ampliação da oferta de alguns serviços como educação superior e saúde. Um quadro resultante de aquecimento da economia incorporou grandes faixas populacionais à dinâmica do consumo e do uso de serviços urbanos.

No âmbito das políticas estaduais de ordenamento regional-urbano o Geopark Araripe foi âncora na captação de ações (SOARES, FREITAS e SEEMANN, 2015, p. 104). Dentre as principais intervenções esteve a execução do Projeto Cidades do Ceará, em que o ativo mais importante foi a requalificação dos centros urbanos seguindo o padrão de urbanização preconizado nos principais projetos de consultoria internacional de urbanização bem como a intervenção nos geossítios tornando-os aptos à visitação.

A lógica de interiorização foi condutora destas ações avançando nos programas de atração turística para além do turismo litorâneo tão badalado e promovido. Entretanto, um novo elemento se incorpora aqui ao tratar dos atributos de promoção regional sob o critério da racionalidade da preservação dos patrimônios geológico, ambiental, cultural, histórico e promoção das atividades econômicas marcantes nos projetos de Geopark.

Neste contexto, é fundamental encontrar mecanismos, ferramentas e atividades locais que reduzam as assimetrias provocadas pelas polarizações geográficas e assim implementar uma maior coesão territorial no espaço pelo Geopark Araripe, promovendo o seu desenvolvimento. Acerca desta coesão, observa-se uma melhoria qualitativa



evidenciada no avanço do IDHM8 do arranjo urbano-regional aqui considerado, conforme evidencia a Tabela 2.

Tabela 2: Municípios do Geopark Araripe: IDHM para os anos de 2000 e 2010

	2000	2010	Varição (%)
Barbalha	0,517	0,683	32,1%
Crato	0,577	0,713	23,6%
Missão Velha	0,444	0,622	40,1%
Nova Olinda	0,451	0,625	38,6%
Juazeiro do Norte	0,544	0,694	27,6%
Santana do Cariri	0,424	0,612	44,3%

Fonte: Elaboração dos autores a partir do PNUD (2015)

Ainda que a melhoria do IDHM seja uma tendência a todas as realidades devido à busca incessante de superação dos entraves ao desenvolvimento manifestado no bojo das políticas e ações públicas, o que se manifesta no caso destes municípios é uma melhoria acima da média, conforme apontam Alves et al (2016). De acordo com os autores, dos dez municípios com melhor evolução do IDHM no estado do Ceará entre 2000 e 2010, três deles estão no arranjo urbano-regional formado pelo Geopark Araripe que são os que o formam a conurbação CRAJUBAR.

Mesmo considerando que outros fatores têm efeitos neste indicador, o histórico das dinâmicas que convergiram para a constituição deste arranjo formado pelo Geopark exerce sua influencia.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou estudar os elementos de produção e gestão do espaço urbano-regional, instituídos pelo Geopark Araripe, localizado na Mesorregião Sul Cearense, na Região Metropolitana do Cariri. Este espaço tem presente na sua formação histórico-econômico elementos que consolidaram sua polarização como centro econômico nordestino

⁸ O IDHM é inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, sendo ajustado de modo a compreender melhor a realidade brasileira. O cálculo do índice é feito a partir de três dimensões: vida longa e saudável (expectativa de vida ao nascer); acesso ao conhecimento que se divide na média entre dois indicadores, um é a escolaridade da população e a outra é o fluxo escolar da população jovem e; padrão de vida (renda per capita). O IDHM é constituído pelo somatório dos três componentes após ser feito a média geométrica, compreendida pela raiz cúbica do dos três IDHM's. Obtendo assim o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.



de destaque marcado principalmente pela presença da conurbação formada pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominada de CRAJUBAR.

Em 2006, a região formulou a candidatura ao Programa de Geoparks da UNESCO, sendo aprovado e formado por seis municípios além dos que compõe a conurbação acima se adicionando a eles os municípios de Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Conforme pode-se observar com o trabalho, as constituições dadas pela criação do Geopark Araripe consolidaram um conjunto de elementos de gestão urbano-regional que convergiram para a promoção de melhorias em indicadores de desenvolvimento e crescimento em sintonia. Dentre elas se destacam:

- i) A busca racionalidade dada ao crescimento urbano, que se justapõe ao diálogo com a preservação dos patrimônios geológico, ambiental, cultural, histórico e promoção das atividades econômicas;
- ii) O planejamento e execução de intervenções urbanas promovendo requalificações com aspectos qualitativos, com execução e monitoramento acompanhado pelo poder público, promovendo a qualidade de vida;
- iii) A inauguração de ações promotoras do turismo sustentável, o geoturismo, fugindo aso padrões das políticas de estímulo ao setor, via interiorização além das práticas litorâneas.

Este conjunto de fatores, dentre outros dados pelas constituições do Geopark Araripe permitem dar viabilidade a hipótese levantada inicialmente de que as propriedades de identidade territorial do Geopark Araripe, fundados incialmente na particularidade dos atributos de sua formação/constituição se desdobrando para os demais aspectos que dão a definição de um território diferenciado (história, cultura, economia, antropologia), são instrumento de produção e gestão urbano-regional relevantes na Região do Cariri Cearense.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, J. do. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A. e GALVÃO, A. C. F. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: -ANPUR, 2003. p. 368-385.

BRANDÃO, C. B. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.



BRENNER, N. A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. Cadernos MetrÓpole. São Paulo. v. 12. n. 24. jul-dez/2010. p. 535-564.

_____. Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. Theory and Society Journal. Netherlands. Volume 28. Issue 1. feb/1999. p. 39-78.

CANO, W. Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005). 3ª. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

CASTELLS, M. e BORJA, J. As cidades como atores políticos. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo. No. 45. p. 152-166. Julho de 1996.

COY, M. e TÖPFER, T. Inner-City Development in megacities between degradation and renewal: the case of São Paulo. In: KRASS, F. et al. Megacities: our global urban future. London: Springer Editors, 2014. p. 101-119.

GEOPARK ARARIPE. Relatório de Gestão. Crato: Geopark Araripe/URCA, 2015 (Mimeo)

GRAY, M. Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature. Chichester, West Sussex: John Wiley and Sons Ltda., 2004. 434p.

HADDAD, P. (Org.) Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB, 1989.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. Trad. Carlos Szlak. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Censos Demográficos, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/Consulta/10/out/2016>.

LEBORGNE, D. e LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva e flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990. p. 17-43.

LEFEBVRE, H. De l'État: les contradictions de l'État modern. Paris, França: Union Générale d'Éditions, 1978.

LIMA JÚNIOR, F. O. Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará 1980-2010. Campinas/SP: Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado) 296p.

SALES, A. HERZOG, A. HILLMER, G. O Geopark Araripe: uma pequena história da evolução da vida, das rochas e dos continentes. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



SHÖLZ, F. Die Theorie der "fragmentierung Entwicklung". Geografische Rundschau. Vol 54, no. 10. 2002. p. 6-11.

_____. Perspektiven des "Südens" im Zeitalter der Globalisierung. Geographische Zeitschrift, vol. 88. n. 1. 2000. p. 1-20.

SINDINDÚSTRIA. Sindicato das Indústrias de Calçados de Juazeiro do Norte. Entrevista realizada em dezembro de 2010.

SOARES, R. C., FREITAS, I. e SEEMANN, J. Geopark Araripe com K (cara) de Kariri. In: SEEMANN, J. RIBEIRO, S. C. e SOARES, R. C. Geografias do Cariri Cearense. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.